



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1370170 - MG (2013/0051819-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO - UBEE
ADVOGADO : MAURICIO LEOPOLDINO DA FONSECA - MG055454
RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE ALUNOS DO COLÉGIO MARISTA
DOM SILVÉRIO E OUTROS
ADVOGADOS : JAIR JOSÉ DIAS - MG063101
ANTÔNIO ROCHA E OUTRO(S) - MG028519
JORGE DIAS - MG054987

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO - UBEE com fundamento nas alínea "a" do permissivo constitucional, visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (fl. 886, e-STJ):

EMENTA: INTERESSES DIFUSOS - ILEGITIMIDADE ATIVA - MINISTÉRIO PÚBLICO - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - CABIMENTO. O art. 82, inciso III do CPC disciplina a hipótese de intervenção do Ministério Público 'nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte'

Opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo aresto de fls. 904/909, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 916/931, e-STJ), o insurgente aponta a violação dos seguintes dispositivos legais:

I) art. 535 do CPC/73, ante a omissão da Corte local em examinar a tese de que a intervenção do Ministério Público para assumir a titularidade de demanda coletiva só ocorre quando a parte autora abandona ou desiste da ação, o que não é o caso dos autos, no qual houve o reconhecimento da ilegitimidade ativa. Alega, ainda, a ofensa ao

II) art. 5º, § 3º da Lei 7347/85, pois indevida a intervenção do Ministério Público para assumir o polo ativo da ação, visto que a lei só admite que isso ocorra nos casos de abandono ou desistência da demanda e não quando reconhecida a ilegitimidade ativa.

Contrarrazões às fls. 937/938, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Preliminarmente, a parte requer o reconhecimento da afronta ao art. 535

do CPC/73, apontando omissão acerca da questão relativa ao mérito recursal, qual seja, a possibilidade de intervenção do Ministério Público na demanda coletiva quando reconhecida a ilegitimidade da associação autora.

O Tribunal de origem decidiu a matéria de forma clara e fundamentada, conforme se verá quando do exame da ofensa ao art. 5º, § 3º da Lei 7347/85, motivo pelo qual não há falar em negativa de prestação jurisdicional.

Isso porque a controvérsia foi solucionada pela instância ordinária tal como lhe foi apresentada, não se evidenciando omissão, contradição ou obscuridade, tampouco ausência de fundamentação. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Cumprido destacar ainda que a solução contrária ao interesse da parte não autoriza o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1692366/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019; (AgInt no AREsp 1197469/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018).

2. No mérito, cinge-se a contrária acerca da contrariedade ao art. 5º, § 3º da Lei 7347/85, na qual a recorrente argumenta ser indevida a intervenção do Ministério Público para assumir o polo ativo da ação, visto que a lei só admite que isso ocorra nos casos de abandono ou desistência da demanda e não quando reconhecida a ilegitimidade ativa.

Quanto ao ponto, destaca-se os seguintes trechos do acórdão a quo, confira-se:

Ilegitimidade Ativa da Associação No caso em questão entendo que razão assiste à Recorrente ao alegar que a solução a demanda não seria extinguir o feito sem julgamento de mérito, e sim promover a intimação do Ministério Público para que assuma a titularidade da ação. Ressalto primeiramente que não há que se falar em discussão acerca do mérito da questão posta a juízo por parte da Associação de Pais e Alunos, posto que a lei prevê esta possibilidade no caso das entidades estarem legalmente constituídas, a pelo menos 1(um) ano por meio de Ação Civil Pública, para defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. Lado outro, o art. 82, inciso III do CPC disciplina a hipótese de intervenção do Ministério Público: "nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte". O caso sub judice amolda-se perfeitamente no conceito dado pelo legislador infraconstitucional de direito individual homogêneo, que é o interesse decorrente de uma origem comum (art. 81, inciso III do CDC), de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base. Os direitos individuais homogêneos, por sua vez, são uma subespécie de direitos coletivos, consoante manifestação do Pleno do STF, RE 163231 -SP, rel. Min. Maurício Corrêa, v.u., j. 26.2.1997, DJU 29.6.2001, p. 55 (citado por Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, in Constituição Federal Comentada, 2006, p. 495/496):

[...]

Pacífica na jurisprudência desta Corte a orientação de que o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses coletivos, visando a coibir aumento abusivo de mensalidade escolar (art. 81, II, do CDC). (Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior - DJ de 5.3.2001- in Juis - Jurisprudência Informatizada Saraiva, n. 26). Destarte, o Superior Tribunal de Justiça tem, de maneira pacífica, reconhecido a legitimação do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que vise promover a tutela do direito do consumidor, direito fundamental e princípio constitucional econômico de relevante conteúdo social. Desse modo, tem sido aceita ação civil pública aforada pelo Parquet tendo como objetivo a declaração de ilegalidade de reajuste de mensalidade escolar. I Com tais considerações, ACOELHO A PRELIMINAR SUSCITADA, para CASSAR A SENTENÇA. Custas na forma da Lei.

Com efeito, o Ministério Público está autorizado a assumir a titularidade de demanda coletiva não só nos casos de desistência e abandono pela legitimada, podendo ocorrer, também, quando reconhecida a ilegitimidade da associação autora, conforme entendimento pacífico desta Corte Superior.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE ATIVA DA ASSOCIAÇÃO. CONTINUIDADE DA AÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO DA PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Esta Corte Superior, pautada na continuidade da Ação Civil Pública e nos princípios da indisponibilidade da demanda coletiva e da obrigatoriedade, autoriza o Ministério Público a assumir a titularidade da ação, se declarada ilegítima a Associação autora - a não ser que o Parquet demonstre fundamentadamente a manifesta improcedência da ação ou que a lide é temerária. Julgados: REsp. 855.181/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 18.9.2009; REsp. 1.651.472/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 21.6.2017; REsp. 1.372.593/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 17.5.2013.

[...]

4. Agravo Interno da Particular a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1716078/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/06/2019, DJe 06/06/2019)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO DO CONSUMIDOR.

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL DO POLO ATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO.

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM PROSSEGUIR COM A DEMANDA. TITULARIDADE ATIVA CONFIGURADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES E PREMISSA FÁTICA EQUÍVOCADA.

INEXISTENTES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AFASTADA. JULGAMENTO ALÉM DO PEDIDO. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DA PETIÇÃO INICIAL.

SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS. CONTRATO DE ADESÃO. EXCLUSÃO DE COBERTURA. CLÁUSULAS GENÉRICAS E ABSTRATAS. INTERESSE LEGÍTIMO DO CONSUMIDOR-ADERENTE. DESVANTAGEM EXAGERADA. CONFIGURADA.

[...]

4. O Ministério Público está autorizado a assumir a titularidade ativa da ação coletiva já em curso. Esta possibilidade não se restringe às hipóteses de desistência infundada ou de abandono da causa pela associação legitimada, mencionadas a título exemplificativo pelo legislador. Exegese do art. 5º, §3º, da Lei 7.347/85. Precedentes.

[...]

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

(REsp 1635238/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 13/12/2018)

Em sendo assim, estando o acórdão recorrido em conformidade com o entendimento desta Corte sobre o tema, é inviável o acolhimento da pretensão recursal, ante o óbice contido na Súmula 83/STJ, aplicável tanto aos recursos interpostos pela alínea "a", como pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator